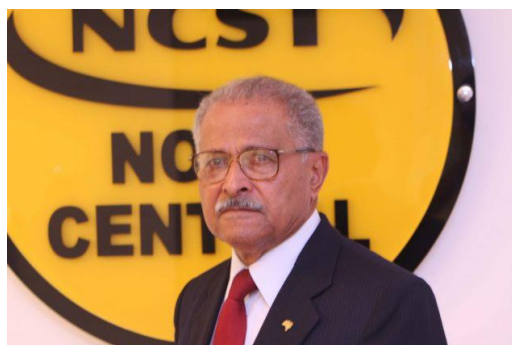


BRASÍLIA-DF - 27/04/2017

NOTA DE REPÚDIO DA NCST SOBRE A APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA NA CÂMARA



A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) vem a público repudiar veementemente a aprovação, na noite desta quarta-feira (26), do texto da Reforma Trabalhista na Câmara dos Deputados. Os 296 deputados que votaram a favor da proposta, mais uma vez, negaram apoio aos trabalhadores e à sociedade que dizem representar e aproveitaram ainda a oportunidade para desmontar a estrutura sindical brasileira. A Nova Central esclarece ainda que fez nova tentativa de tentar impedir a urgência da votação e entregou um documento -- juntamente com a Associação dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras entidades sindicais de trabalhadores - pedindo um prazo maior ao presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia, para que o texto apresentado fosse discutido com a população e com mais participação da sociedade, mas as solicitações foram totalmente ignoradas.

A afirmação, por parlamentares favoráveis a reforma, de geração de empregos por meio desta aprovação, é falaciosa e visa confundir a população. Os altos índices de desemprego no Brasil passam pela má condução da economia brasileira, o abandono do tripé econômico e casos de corrupção que desmantelaram estatais, fatores que causaram um colapso em setores importantes para a geração de postos de trabalho e nos levaram para a maior recessão da história. Mas, como ocorre em toda crise, a população é obrigada a pagar a conta da ineficiência de governantes. A Reforma Trabalhista suprime direitos trabalhistas consolidados e essenciais para manter a qualidade de vida e a saúde do trabalhador, precarizando a relação de trabalho e sucateando a CLT.

A Nova Central convoca toda a população brasileira, trabalhadoras e trabalhadores do País, para que amanhã, na **Greve Geral do dia 28 de abril**, mostrem ao Congresso Nacional toda a sua força e insatisfação contra as propostas de retirada de direitos colocadas pelo governo Michel Temer

saindo às ruas e se mobilizando. Continuaremos atuantes e é imprescindível que cada um, em seus estados, faça contato com os senadores de suas bases para que consigamos derrubar a Reforma Trabalhista e Previdenciária dentro do Senado Federal.

Por Nenhum Direito a Menos!

José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST

CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA 'REFORMA' TRABALHISTA POR 296 VOTOS A 177

Apesar dos protestos e das tentativas de obstruir os trabalhos, a oposição viu todas as suas investidas serem "tratoradas"

Depois de mais de 10 horas de sessão, por 296 votos a 177, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 6.787, a "reforma" trabalhista, de acordo com o substitutivo do relator, Rogério Marinho (PSDB-RN). A votação foi concluída por volta das 23h desta quarta-feira (26). Em seguida, iniciaram-se votações dos destaques ao texto.



Antes, o plenário rejeitou dois requerimentos da oposição pedindo o adiamento da votação do projeto. O substitutivo virtualmente [demole a Consolidação das Leis do Trabalho \(CLT\)](#). Se passar no Senado e for sancionado, o acordo coletivo prevalecerá sobre a legislação em vários itens. Na prática, o sindicato não será mais necessário ao trabalhador na rescisão trabalhista e a contribuição sindical obrigatória é extinta. A Justiça do Trabalho fica enfraquecida.

Apesar dos [protestos e das tentativas de obstruir](#) os trabalhos, a oposição viu todas as suas investidas serem "tratoradas" pela maioria do governo. O número de votos obtidos na vitória, porém, não seria suficiente para a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição, caso da reforma da Previdência, que precisa de 308 votos. Pouco antes da votação, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) afirmou que a sessão que aprovou a antirreforma "vai colocar lenha e fogo na greve geral do dia 28". A parlamentar lembrou que nomes importantes da MPB, como [Gal Costa](#) e Elymar Santos, cancelaram os seus shows "em respeito" à greve. Citou ainda o apoio da Igreja Católica e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Durante os debates, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) protestou contra a votação açodada de "matéria que altera a vida de milhões de brasileiros, uma legislação que ao longo das últimas décadas tem regulado as relações de trabalho". "Queremos que o povo que vai às ruas dia 28 saiba como votou cada um", pediu o líder do PT, Carlos Zarattini (SP), na sequência.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) citou conversações com entidades e senadores e afirmou que "essa matéria vai ficar engavetada no Senado Federal". Segundo ele, "isso já está pactuado". Alessandro Molon (Rede-RJ) citou o presidente Michel Temer e o prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), que "coagiram" e ameaçaram trabalhadores que queiram se manifestar na greve de sexta-feira. A votação acabou sendo nominal depois de suspense e de inúmeros ataques da oposição, que acusou os governistas de estarem com medo de ter seu nome vinculado à destruição de direitos. Por fim, o líder do governo, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), anunciou um acordo entre líderes da base governista e da oposição para que a votação do texto-base fosse feita nominalmente.

(Fonte: Rede Brasil Atual)

STF INVESTIGA RELATOR DA REFORMA TRABALHISTA POR FRAUDE DE EMPRESA TERCEIRIZADA



Deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) está sendo investigado em um inquérito aberto pelo Supremo pela suspeita de envolvimento societário

com uma empresa terceirizada acusada de forçar funcionários demitidos a renunciarem às verbas rescisórias e a devolver a multa do FGTS; parlamentar também é suspeito de ter atuado em favor de um dos empresários envolvidos em licitações no Rio Grande do Norte; Marinho nega as acusações e diz que sua ação na relatoria "não guarda relação com interesses específicos defendidos por quaisquer empresas ou grupos empresariais"

O relator do projeto de reforma trabalhista na Câmara, deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN), está sendo investigado em um inquérito aberto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pela suspeita de envolvimento com uma empresa terceirizada acusada de forçar funcionários demitidos a renunciarem às verbas rescisórias e a devolver a multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

De acordo com denúncia do Ministério Público do Trabalho (MPT), a empresa Preservice Recursos Humanos teria se apropriado de maneira irregular de R\$ 338 mil devidos a mais de 150 trabalhadores. A empresa, que foi multada em mais de R\$ 500 mil, recorreu ao STF. O inquérito investiga indícios

de que o parlamentar tucano era sócio de Francisco das Chagas de Souza Ribeiro, diretor da Preservice.

Marinho nega a suspeita. "Não mantenho quaisquer vínculos com a empresa Preservice Recursos Humanos Ltda, não possuindo, portanto, responsabilidades trabalhista e societária relativas a essa empresa", disse o parlamentar por meio de nota. Na nota, Marinho destaca, ainda, que a sua ação na relatoria do projeto da reforma "não guarda relação com interesses específicos defendidos por quaisquer empresas ou grupos empresariais". De acordo com o MPT, a Preservice atuou como prestadora de serviços junto à Secretaria da Educação de Natal (RN) e com a aproximação do término do contrato, em 2012, os funcionários foram informados que seriam desligados e quem quisesse ser recontratado uma empresa terceirizada teria que devolver o valor da multa de 40% do FGTS. Muitos trabalhadores também foram obrigados a assinar a rescisão com data retroativa, de maneira a fraudar o aviso prévio não trabalhado. A empresa foi condenada a pagar uma multa de R\$ 500 mil, mas recorreu da decisão da primeira instância junto ao STF. O deputado também é suspeito de atuar em favor de Chagas em licitações.

(Fonte: Brasil247)

FORÇA DA GREVE PODE MUDAR RUMO DAS REFORMAS, AFIRMA TONINHO DO DIAP



A realização, dia 28, de uma greve forte e nacional pode alterar os rumos das reformas de Temer. "É crescente o sentimento de rejeição ao conteúdo agressivo das reformas", afirma Antônio Augusto de Queiroz (Toninho), do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

O diretor do Diap observa que o impacto da greve pode ampliar o sentimento para outros setores da sociedade, isolando mais o governo.

No que diz respeito à reforma da Previdência, o governo ainda trabalha pra chegar aos 308 votos. "Mas não será fácil", avalia Toninho, chamando atenção para a debandada recente do PSB, cuja bancada de 35 deputados toma posição contra a proposta de Temer. "O governo terá de fazer mais concessões", avalia. Refém do mercado, Temer vai tentar acelerar a reforma trabalhista, que seguirá para o Senado. A votação será por maioria simples, e o governo tem folga.

“Mas, com a base sindical mobilizada, haverá mais chances de bloquear a matéria ou negociar a proposta”, diz Toninho.

Na avaliação do diretor do Diap, a greve do dia 28 pode ter uma importância histórica, “no sentido de despertar as pessoas para o que realmente está acontecendo, que é o desmanche do Estado de bem-estar social e da proteção ao interesse nacional, que foram marcas dos governos petistas”.

Debate - Por quase um ano – devido à radicalização em torno do impeachment – o debate nacional ficou interdito. Agora, não mais. A agressividade das medidas, o grau de desmanche das conquistas e a “velocidade assustadora” com que o governo toca os projetos, diz o diretor do Diap, acabaram alertando a opinião pública. De acordo com Toninho, “ao focar o próprio conteúdo das reformas, o debate fluiu e as pessoas se deram conta dos interesses que movem o governo”.

O tempo corre contra as reformas. Para Antônio Augusto de Queiroz, contribuem nesse sentido o descontentamento dos trabalhadores, a tomada de consciência pela população, o desgaste do governo e a incerteza nas votações, pois os parlamentares já estão de olho nas eleições de 2018.

(Fonte: Agência Sindical)

RELATOR DA PREVIDÊNCIA DIZ QUE DEBATERÁ COM GOVERNISTAS, MAS NÃO MUDARÁ PROPOSTA



O relator da reforma da Previdência, o deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), disse que deve voltar a conversar com as bancadas dos partidos da base do governo para esclarecer pontos do seu relatório.

Ele também afirmou que a Câmara dos Deputados deverá criar um canal direto dele com a população para tirar dúvidas sobre o texto.

Segundo ele, ainda há muita desinformação sobre as mudanças. No entanto, ele acrescentou que não pretende fazer mais nenhuma modificação no seu relatório.

(Leia mais em: Agência Câmara Notícias)

SENADO INSTALA CPI DA PREVIDÊNCIA

Comissão investigará se há rombo, fraudes e sonegação cometidas por grandes empresas

O senador Paulo Paim (PT-RS) foi eleito nesta quarta-feira o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência Social instalada também ontem no Senado. É o autor do requerimento para criação da CPI.

O cargo de vice-presidente ficou com o senador Telmário Mota (PTB-RR) e a relatoria com o senador Hélio José (PMDB-DF). O objetivo da comissão é investigar os números da Previdência que o governo Temer alega que existe para verificar se os dados são reais além de procurar identificar os casos de fraudes e sonegações por parte de grandes empresas. A escolha dos nomes foi possível devido a um acordo, uma vez que é praxe na Casa que o autor do requerimento de criação da CPI fique com um dos cargos da mesa que dirige os trabalhos.

Para o relator, o principal objetivo será avaliar se há outras opções para resolver o problema da Previdência Social que possam amenizar a reforma que está em curso. “Direitos adquiridos são sagrados. Quem entrou em um jogo com uma regra espera que o jogo termine com a mesma regra com que iniciou. Qualquer mudança, para quem vai adentrar o jogo, é possível, permissível e normal. Então, nós estamos perplexos com algumas mudanças. Esperamos que consigamos chegar a uma situação boa, a um norte legal, quando nós tivermos, por meio desta CPI aqui, conseguido desvendar todas as questões que são faladas a respeito da situação”, disse Hélio José.

Reforma no foco

A oposição no Senado acredita que vai conseguir, por meio da CPI, comprovar que a Reforma da Previdência apresentada pelo governo Temer não é necessária e que o problema do caixa tem a ver com fraudes e sonegações. Já os governistas aprovam que a conclusão do inquérito vai corroborar para a aprovação da reforma na Casa.

(Fonte: O dia)



NOVA CENTRAL SINDICAL
DE TRABALHADORES



27 de Abril
Dia da Empregada Doméstica

Nossa homenagem e respeito à elas que cuidam de você, da sua casa e de sua família!

Secretaria Nacional para Assuntos da Mulher - NCST